

O ATENDIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NOS SERVIÇOS DA RAPS: DESAFIOS SOCIAIS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Alan César dos Santos Miranda¹; Bruna Cristina de Souza Araujo¹; Erick Fernandes da Anunciação¹; Isabelly Martins Rodrigues¹; (Msc.) Maurício Lopes da Silva².

¹Curso de Psicologia, UNISUL, SC - Criciúma, Brasil.

* Alan César dos Santos Miranda. E-mail: alancsm11@gmail.com

1. Resumo

O trabalho analisa o atendimento de mulheres vítimas de violência nos serviços da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Entendendo as dificuldades presentes nessa estrutura, com o objetivo de promover soluções viáveis para os obstáculos presentes no atendimento dessa população. Trata-se de uma revisão de literatura utilizando das bases de dados PubMed, SciELO e LILACS. Encontraram-se dois principais desafios: subnotificação dos casos, fenômeno que ocorre principalmente por motivos relacionados à percepção social, e a falta de qualificação profissional sobre a temática nos meios de saúde, dificultando o atendimento efetivo dessas mulheres. Chegando a conclusão de que é necessário que haja um trabalho conscientização social e intersetorial acerca do tema, e que as questões de violência de gênero sejam mais amplamente discutidas na formação e atuação dos profissionais da RAPS.

Palavras-chave: Violência de Gênero; serviços de saúde mental; políticas públicas.

2. Introdução

A violência contra mulher é um grande e contínuo problema na sociedade brasileira, ao longo dos anos diversas ferramentas foram criadas para combater essa situação, como o Ligue 180 ou Central de Atendimento à

Mulher, que de acordo com os dados divulgados pelo Ministério das Mulheres e a Secretaria de Comunicação Social, executou em 2024 mais de 750 mil atendimentos (BRASIL, 2025). Entretanto um problema de tamanha magnitude necessita da atuação das mais diversas esferas da sociedade, com os serviços de saúde mental exercendo um papel crucial no atendimento dessas mulheres vítimas de violência (TEIXEIRA; PAIVA, 2021; ALCÂNTARA et al., 2024). A rede de atenção psicossocial (RAPS) se apresenta numa posição altamente propícia para identificar as situações de violência e oferecer suporte para as vítimas. O trabalho em questão busca entender como esse auxílio tem ocorrido nos serviços de saúde mental, compreendendo as falhas, sucessos e como os profissionais e os sistemas de saúde pública podem melhor auxiliar essas mulheres no futuro (FREITAS et al., 2020).

3. Metodologia

Trata-se de um resumo expandido da revisão de literatura feita como parte do projeto de pesquisa “NARRATIVAS DE VIDA DE USUÁRIOS COM PSICOSE DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAIS” do edital de 2025 do Programa Pró-Ciência do Ecossistema Ânima. Utilizaram-se as bases de dados PubMed, SciELO e LILACS, com descritores validados pelo Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Os descritores selecionados foram “Violência de Gênero”, “Saúde Mental” e “Serviços de Saúde Mental”.

4. Resultados e Discussão

Nas pesquisas analisadas alguns pontos frequentemente reaparecem como obstáculos para o apoio dessas mulheres, destacando-se dois pontos, a subnotificação de casos e a falta de qualificação profissional. Vamos em seguida aprofundar nesses dois obstáculos (TEIXEIRA; PAIVA, 2021; DANTAS; SILVA; GUIMARÃES, 2022).

Subnotificação

A subnotificação dos casos foi um ponto mencionado na grande maioria das pesquisas, e os motivos para essa invisibilização da agressão são diversos

(DANTAS; SILVA; GUIMARÃES, 2022). Um importante destaque feito foi aos aspectos sociais dessa subnotificação. A sociedade patriarcal que vivemos no Brasil afeta diretamente a visão que toda a sociedade tem dessa agressão, incluindo a visão da vítima, que em muitos casos pode naturalizar a agressão, entendendo a violência como algo normal ou justificado como punição por não cumprir seu papel social como esposa ou filha. Ou ainda pode colocar a culpa da agressão em outros aspectos, como uso de álcool ou drogas, assim invisibilizando as questões de gênero atreladas a essas agressões e retirando parte da responsabilidade que o agressor tem pela violência (PIUCHI; BARLETA; REAL, 2020).

Vale ressaltar que essa mesma visão de desculpabilização do agressor pode ocorrer com familiares, vizinhos ou amigos que poderiam oferecer suporte e apoio para essas vítimas, além de fazer denúncias (ALCÂNTARA et al., 2024). Porém para essas pessoas próximas da vítima há ainda outros motivos presentes para a inação, entre eles temos a vergonha social, pois tratar de um caso de violência doméstica pode impactar a percepção social da vítima e da família na comunidade local, criando rumores, mentiras e até mesmo podendo levar a culpabilização da vítima (TEIXEIRA; PAIVA, 2021). E pode ainda ocorrer das pessoas próximas evitarem intervir por temer o agressor, podendo até danificar laços prévios com a vítima (FREITAS et al., 2020).

Falta de qualificação

O segundo grande desafio nesse combate vem da desafeição dos profissionais em lidar com essa temática (TEIXEIRA; PAIVA, 2021). Isso se mostra inicialmente na identificação da agressão, pois dificilmente a vítima irá falar de forma clara e direta que está sendo agredida, isso pode ocorrer por medo, vergonha, ou a vítima pode até mesmo não identificar os atos de violência como agressão, pois, como discutido anteriormente, a agressão pode acabar se naturalizando na rotina da vítima e ela pode passar a entender isso como uma relação normal (DANTAS; SILVA; GUIMARÃES, 2022).

Então cabe ao profissional se aprofundar na fala da paciente, que muitas vezes virá com outras reclamações como dores no corpo ou dificuldade de dormir, e identificar essa agressão. E para esse fim o profissional de saúde precisa

superar o segundo problema trazido pela falta de qualificação, as perspectivas mecanicistas, que precisam ser desconsideradas em favor de buscar entender a vivência social do indivíduo, entender a singularidade de cada um (ALCÂNTARA et al., 2024).

Porém essa identificação e esse entendimento só ocorrerão se a comunicação entre profissional e paciente for efetiva, por isso é importante destacar o vínculo de confiança, escuta e cuidado que precisa ser fomentado na relação entre profissional e vítima (FREITAS et al., 2020).

Caminhos para superar esses obstáculos

Então, tendo destacado os principais problemas dificultando o auxílio dessas mulheres, é necessário considerar como esses desafios podem ser enfrentados. Tratando da subnotificação, foi destacado nas pesquisas a urgência de tratar dessa violência no nível social, trazendo a necessidade de políticas públicas sobre o tema, não só nos meios de saúde mas também trazendo a educação, assistência social, segurança pública, e os outros campos sociais, buscando aumentar a consciência e o conhecimento da população acerca dessas violências. (ALCÂNTARA et al., 2024; DANTAS; SILVA; GUIMARÃES, 2022).

E para lidar com a falta de qualificação é necessário inicialmente discutir esse tema nos meios de saúde, trazer as relações de gênero como aspecto essencial de análise, não permitindo que isso seja ignorado ou desconsiderado. Além disso, é essencial tratar dessa temática com cada um dos profissionais de saúde, desde a sua formação inicial de até a sua atuação diária na RAPS (FREITAS et al., 2020).

5. Conclusão

Ao longo da pesquisa se tornou cada vez mais claro que a violência contra mulher, apesar de ser um fato presente na vivência de muitas mulheres brasileiras, não é discutida suficientemente nos meios de saúde mental (TEIXEIRA; PAIVA, 2021). Os Profissionais da RAPS precisam tratar desse problema e ajudar essas vítimas, mas para isso é necessário primeiro olhar e

falar sobre esse problema. Tratar com mais foco e empenho esse tema na formação profissional e fazer mais pesquisas sobre o atendimento dessas vítimas e a luta contra essa violência. Luta essa que deve incluir não apenas os profissionais de saúde, mas o todo da sociedade, trabalhando em conjunto para oferecer suporte para essas mulheres e para limpar a mancha que essa violência continua a deixar no Brasil e em cada brasileiro (ALCÂNTARA et al., 2024).

6. Referências

- ALCÂNTARA, P. P. T.; CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; PINTO, A. G. A.; MACHADO, M. F. A. S. **Cuidado integral às mulheres vítimas de violência.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 9, e08992023, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.08992023>.
- BRASIL. Ministério das Mulheres; Secretaria de Comunicação Social. **Ligue 180 faz mais de 750 mil atendimentos em 2024.** Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/ligue-180-faz-mais-de-750-mil-atendimentos-em-2024>. Publicado em: 04 fev. 2025. Atualizado em: 06 ago. 2025.
- Dantas ESO, Silva GWS, Guimarães J. **Aspectos psicossociais do suicídio em mulheres do sertão do Rio Grande do Norte, Brasil.** *Cad Saúde Colet*, 2022;30(2)215-223. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230020077>
- PIUCHI, V. F. A.; BARLETA, C.; REAL, J. M. **Violência de gênero, viés social e drogas.** *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 14, e243345, 2020. DOI: 10.5205/1981-8963.2020.243345.
- Freitas RG, Souza LN, Santos ES, Santos EA, Carvalho MRS. **Percepções do atendimento em saúde no contexto de violência conjugal.** *Rev baiana enferm.* 2020;34:e36884.
- TEIXEIRA, J. M. S.; PAIVA, S. P. **Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e310214, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310214>.